

Artigo

Venda irregular de medicamentos em estabelecimentos comerciais no município de Tauá-CE

Irregular sale of medicines in commercial establishments in the municipality of Tauá-CE

Elivan Custodio Araujo

Graduado em Ciências Biológicas pelo Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns da Universidade Estadual do Ceará (CECITEC/UECE). Tauá – CE/Brasil. Especialista em Microbiologia pela Faculdade Futura (ICETEC) – Instituto de Ciência Educ. e Tecnologia de Votuporanga. Votuporanga – SP/Brasil. E-mail: elvancustodio@hotmail.com.

Resumo: O uso incorreto de fármacos prescritos ou não, pode aumentar o risco de intoxicações, o que está ligado ao nível de informação sobre os medicamentos, tanto de usuários como também de prescritores e dispensadores. O objetivo do trabalho foi realizar um levantamento de dados sobre os principais pontos de vendas irregulares de medicamentos e os riscos da automedicação enfocando os principais tipos de medicamentos pela população. Trata-se de um estudo descritivo e documental com abordagem quantitativa/qualitativa. A pesquisa foi realizada no município de Tauá-CE, situado na Microrregião do Sertão dos Inhamuns. O município faz limite ao norte com Pedra Branca e Independência, a sul com Parambú e Arneiroz, a leste com Mombaça e Pedra Branca e a oeste com Quiterianópolis e Parambú. Fatores sócioeconômicos e demográficos tornam o município um ambiente propício a comercialização de medicamentos irregulares. Foram analisados 64 locais de venda, onde 68,75% comercializam de forma irregular fármacos a população. Os resultados obtidos alertam para a facilidade que população tauaense tem para comercializar e adquirir alguns tipos de medicamentos e a exposição a uma série de reações adversas ao aderir a prática da automedicação, especialmente ao fazer uso desses medicamentos sem orientação médica.

Palavras-chave: Saúde pública. Fármacos. Automedicação. Orientação médica.

Abstract: The incorrect use of prescribed or non-prescription drugs can increase the risk of intoxications, which is linked to the level of information about medicines, both of users and of prescribers and dispensers. The objective of the study was to carry out a survey of data on the main points of irregular sales of medicines and the risks of self-medication focusing on the main types of medicines by the population. This is a descriptive and documentary study with a quantitative/qualitative approach. The research was carried out in the municipality of Tauá-CE, located in the Microregion of Sertão dos Inhamuns. The municipality is bordered to the north by Pedra Branca and Independência, to the south by Parambú and Arneiroz, to the east by Mombaça and Pedra Branca and to the west by Quiterianópolis and Parambú. Socio-demographic factors make the city a favorable environment for the commercialization of irregular medicines. We analyzed 64 places of sale, where 68.75% illegally sell drugs to the population. The results warn of the ease that the Tauaense population has to market and acquire some types of medicines and exposure to a series of adverse reactions when adhering to the practice of self-medication, especially when using these medicines without medical guidance.

Keywords: Public health. Drugs. Self-medication. Medical advice.

1 Introdução

O Brasil vem crescendo significativamente em todas as áreas no último século, o que favoreceu o desenvolvimento industrial como um todo (HIRATUKA; SARTI, 2017). A indústria farmacêutica ampliou-se e rapidamente aumentando o seu poder de mercado e ampliando o seu arsenal de novos e atraentes produtos, mudando assim a forma como o consumidor utiliza os medicamentos (MARGONATO; THOMSON; PAOLIELLO, 2008).

O uso indiscriminado de medicamentos associado à automedicação é algo comum em nossa sociedade. Diversos fatores podem levar a essa associação. Dentre eles, podemos destacar o aumento da expectativa de vida da população, a carência da saúde pública, o aparecimento de novas doenças ligadas ao psicológico, grande número de propagandas ligadas a medicamentos isentos de prescrição médica e a ideia de que todo o problema de saúde é resolvido somente com uso de medicamentos (ARRAIS et al., 2016).

É comum na população brasileira, a utilização de medicamentos por conta própria quando acometidos por transtornos menores, como uma dor de cabeça (BRACHT; HOLLER, 2010). Neste contexto, os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) exercem grande importância, visto que estão diretamente ligados à prática da automedicação em virtude de sua acessibilidade. Por outro lado, mesmo com o perfil de relativa segurança apresentado pelos MIPs, deve-se partir da premissa de que todos os medicamentos possuem contra-indicações, propiciam interações medicamentosas e podem provocar reações adversas (BARBOSA, et al., 2018).

De acordo com Arrais et al., (2016), o uso incorreto de fármacos prescritos ou não, pode aumentar o risco de intoxicações, o que está ligado ao nível de informação sobre os medicamentos, tanto de usuários como também de prescritores e dispensadores. Além disso, as ofertas indiscriminadas de medicamentos por meio de vendas pelo telefone e até mesmo pela internet contribuem para a má qualidade da informação sobre os mesmos, o que põe em risco a saúde da população (BERNARDO; HOEPFNER, 2013).

A Lei 5991/73, diz que a dispensação de medicamentos é uma atividade privativa de drogarias, postos de medicamentos e unidades volantes, farmácias e dispensários de medicamentos, necessitando da presença obrigatória do responsável técnico (o farmacêutico) durante todo o tempo de funcionamento (BRASIL, 1973). Porém, em 1994, quando implantado o Plano Real, aprovou-se por cerca de um ano a comercialização de medicamentos anódinos (também conhecidos como MIPs) em supermercados e similares. Neste período, proprietários do setor de varejo supermercadista se mobilizaram, no intuito de manter essa autorização (FNF, 2004). O STJ-Superior

Tribunal de Justiça (2004) afirma que um ano após a aprovação realmente houve a suspensão permanente da autorização, quando a MP 592/94 foi convertida na Lei 9.069/95.

O impacto do uso de medicamentos em uma sociedade tem várias facetas. Por um lado, os medicamentos podem aumentar a expectativa de vida, erradicar certas doenças, trazer benefícios sociais e econômicos, e por outro lado podem aumentar os custos da atenção à saúde se utilizados inadequadamente e/ou levar à ocorrência de reações adversas a medicamentos (PFAFFENBACH et al, 2002). O custo das reações adversas para o serviço de saúde muitas vezes é subestimado, pois a maioria das reações ocorre em pacientes não hospitalizados (ADKINSON et al, 2002). Para minimizar os riscos de Reação Adversa a Medicamentos (RAM) e os custos com a utilização de medicamentos, estes devem ser usados de maneira racional.

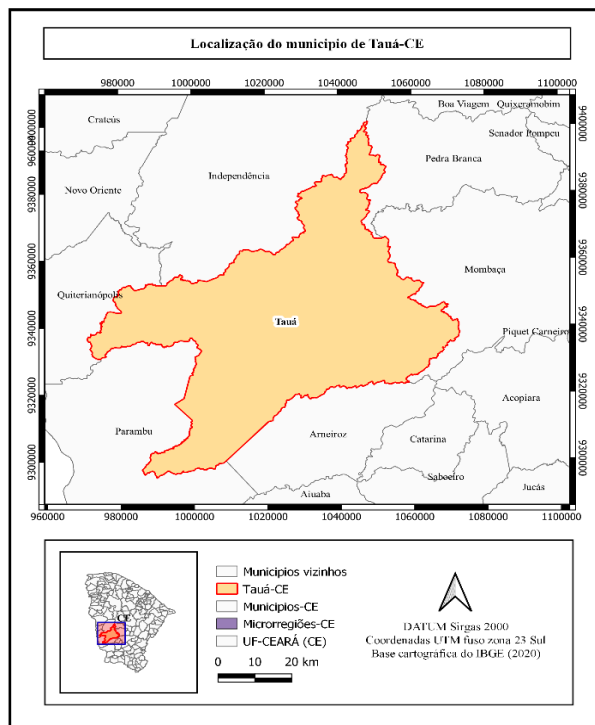
Um efeito negativo da automedicação é o retardamento no diagnóstico de doenças, uma vez que se torna mais cômodo ao consumidor dirigir-se a uma farmácia ou estabelecimento que comercialize qualquer tipo de medicamento, ao sentir algum sintoma desagradável, na busca de medicamentos e soluções para seu problema, ao invés de procurar um profissional médico para um atendimento adequado (MATOS, 2005).

Caracterizada por uso constante de substâncias que em excesso levam ao sofrimento clínico e prejuízo evidente ao bem-estar do indivíduo, que sente a necessidade de usá-las regularmente. Esta dependência passa a ser considerada vício e não mais de uso terapêutico, quando adquire tolerância e o consumidor entra em fase de abstinência (SWIFT; LEWIS, 2009), o que justifica o presente trabalho que teve como objetivo realizar um levantamento de dados sobre os principais pontos de vendas irregulares de medicamentos e os riscos da automedicação enfocando os principais tipos de fármacos adquiridos pela população de Tauá-CE.

2 Material e Métodos

A pesquisa foi realizada no município de Tauá situado na Microrregião do Sertão dos Inhamuns (Sudoeste do Estado do Ceará). O município faz limite ao norte com Pedra Branca e Independência, a sul com Parambú e Arneiroz, a Leste com Mombaça e Pedra Branca e a oeste com Quiterianópolis e Parambú (Figura 1). A ocupação remonta se deu no início do século XVII e tornando-se município em 1802. A microrregião do Sertão dos Inhamuns apresenta uma extensão territorial de 4.018,19 km² com uma população de 57.914 habitantes, com densidade demográfica de 13,9 hab/km², Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,633 e Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) de 25,66 (IPECE, 2016) (Figura 1).

Figura 1. Catálogo geográfico da localização da cidade de Tauá-CE.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Trata-se de um estudo descritivo e documental com abordagem quantitativa/qualitativa realizada no município de Tauá-CE, correspondente ao período do mês de junho/2017 com término em dezembro/2017.

Para a obtenção dos dados preliminares foi realizada uma pesquisa de campo através de uma conversa informal e não estruturada diretamente nos pontos comerciais localizados nos bairros mais afastados do centro do município, afim de identificar os pontos de vendas ilegais de fármacos e os medicamentos disponíveis a venda nestes locais, para tanto, solicita a um determinado número de indivíduos informações acerca do problema estudado, para que em seguida utilizando análise quantitativa obtenha uma conclusão dos dados coletados (GIL, 2008).

As informações coletadas foram distribuídas em tabelas e gráficos utilizando-se o programa Excel do software Microsoft Office 2013, favorecendo a interpretação e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, bem como uma melhor compreensão do objeto de estudo.

A escolha dos bairros se deu propositalmente mediante ao distanciamento do centro da cidade, local onde está concentrada 10 das 12 farmácias e drogarias do município.

Este estudo obedece aos princípios éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Os dados utilizados foram realizados sem identificação individual das pessoas, o que justifica a ausência do parecer de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (BRASIL, 2012).

3 Resultados e discussão

Foram analisados 64 locais de venda, onde 68,75% comercializam de forma irregular medicamentos farmacológicos a população. Esses locais são popularmente conhecidos como mercearias e estão distribuídas em 9 bairros distintos, os quais estão localizados nas extremidades da cidade, em pontos estrategicamente longe do Centro. Em todos os pontos de venda que foram visitados os medicamentos encontrados foram muito semelhantes e em sua grande maioria não necessitavam de prescrição médica, porém, não são isentos de riscos à saúde pública. Dos 17 (dezesete) medicamentos considerados na pesquisa, 41,18% destes necessitam de receituário para efetivação de compra (Tabela 1).

Tabela 1 – Bairros de Tauá onde foram analisados os pontos de vendas ilegais de medicamentos.

Bairro	Medicamentos disponíveis	Medicamentos não disponíveis	Total
Arizona 2	0	2	2
Bezerra e Souza	11	1	12
Colibrís	5	5	10
Geraldo Feitosa	0	3	3
José Holanda Lima	6	1	7
Loteamento Quinamuiú	0	3	3
Loteamento São Geraldo	3	0	3
Manoel Alves Mota	14	2	16
Nova Aldeota	5	3	8
Total	44	20	64

Fonte: Elaborada pelo autor.

A exigência de receituário só é dispensada quando o medicamento em questão, atende a todos aos requisitos estabelecidos pela ANVISA, e publicados na portaria nº 1.562, de 1º de agosto de 2016, os quais dizem respeito ao tempo mínimo de comercialização dos produtos, um perfil de segurança do uso e eficácia da substância, ao tipo de doença a qual se indica o medicamento, assim como, o curto período de uso e o baixo potencial de risco e de dependência para o paciente mediante ao mal-uso ou abuso da droga (ANVISA, 2016). Consequentemente, pode-se inferir que a população ao ter acessibilidade a compra dos fármacos que não atendem aos requisitos citados acima,

ficam expostas a alto grau de vulnerabilidade e uma serie de reações adversas ao aderir a prática da automedicação, principalmente, ao fazer uso desses medicamentos sem orientação médica.

Analisando minuciosamente os dados encontrados, fica perceptível o despreparo e a exposição da população quanto aos riscos a que estão expostos, uma vez que 75% dos medicamentos são classificados como anti-inflamatório e 25% são analgésicos e necessitam de prescrição média e retenção de receituário para a comercialização e mesmo assim, são encontradas a disposição da sociedade facilmente (Tabela 2).

Tabela 2 – Medicamentos encontrados: classes terapêuticas e necessidade de receituário.

Substâncias	Classe terapêutica	Necessidade de receituário para compra
AAS	Anti-inflamatório, antipirético, analgésico, antiplaquetário	SIM
Amoxicilina	Antibiótico	SIM
Apracu	Antigripal	NÃO
Benegrip	Antigripal	NÃO
Bicarbonato de Sódio	Antiácido	NÃO
Cimegripe	Antigripal	NÃO
Diclofenaco	Anti-inflamatório não-esteróide	SIM
Dipirona	Analgésico Antitérmico	NÃO
Doril	Analgésico	NÃO
Flavonid	Ativador circulatório	SIM
Ibuprofeno	Anti-inflamatório	NÃO
Imosec	Gastrointestinais	SIM
Lacto – Purga	Laxante	NÃO
Loratadina	Anti-histamínicos, antialérgico	NÃO
Nimensulida	Anti-inflamatório não-esteróide	SIM
Paracetamol	Analgésico, antitérmico	NÃO
Tetraciclina	Antibiótico	SIM

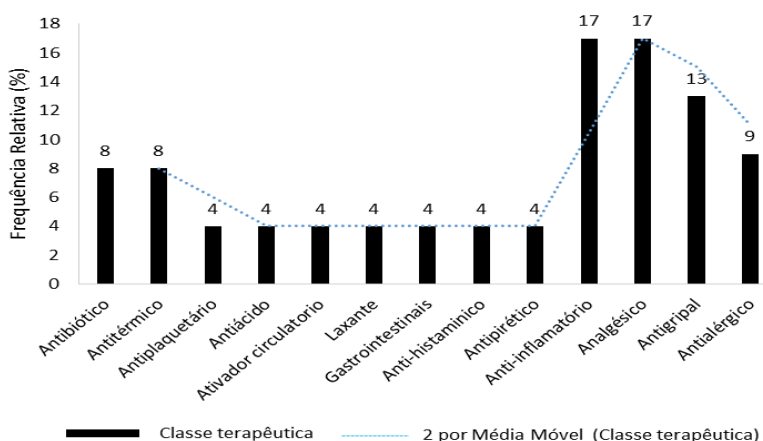
Fonte: Elaborada pelo autor.

O uso errôneo e contínuo dos medicamentos enquadrados como anti-inflamatório e analgésicos podem causar vários riscos e reações adversas ao paciente. Os analgésicos quando consumidos em altas quantidades podem causar reações de hipersensibilidade, tais como ardência, coceiras, vermelhidão, assim como, náuseas e vômitos. Quando esta exposição ocorre por um período prolongado ou por dosagens maiores que o ideal, o indivíduo tende a apresentar problema hepáticos. O consumo de anti-inflamatórios contínuos e em altas

dosagens, pode desencadear problemas gastrointestinais e aumenta a chances de infartos e aparecimento de doenças cardiovasculares (TREBIEN, 2011).

As classes terapêuticas mais encontradas a disposição de compra foram os anti-inflamatórios e analgésicos, ambos com um percentual correspondente a 17%, antigripal 13%, antialérgico 9%, antibiótico e antitérmico 8% cada e antiplaquetário, antiácido, ativador circulatório, laxante, gastrointestinais, anti-histamínico e antisséptico 4% respectivamente (Gráfico 1).

Gráfico 1. Fármacos encontrados a venda de forma irregular em Tauá-CE, 2017.



Fonte: Elaborada pelo autor.

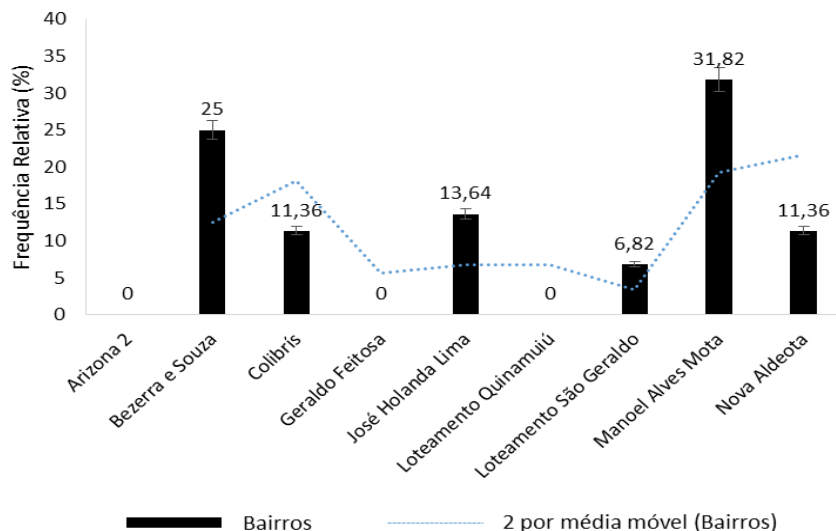
Os dados obtidos no estudo corroboram com pesquisa realizada por Garcez e Souza (2013) no município de Ceres/Goiás onde as classes de medicamentos mais consumidas foram: analgésicos (23,02%), anti-inflamatórios (9,75%), antigripal (8,74%), antitérmico (9,55%), antiácido (7,69%), anticoncepcional (4,7%), descongestionante (3,82%), antirreumático (3,27%), miorelaxante (3,22%), anti-histamínico (2,56%), disfunção erétil (2,51%) e outros (21,69%). Os resultados da pesquisa também condizem com os dados encontrados por Nicaretta et al., (2016), em que os analgésicos foram categorizados com a classe de medicamentos mais usados, com 31% da amostragem utilizada e Rang et al., (2019), que relata serem os anti-

inflamatórios e os analgésicos são os medicamentos mais vendidos no Brasil, principalmente devido a não exigência de receita médica no ato da compra.

Levando em consideração que a grande maioria das farmácias e drogarias estão concentradas nas avenidas principais do Centro da cidade de Tauá, os 3 (três) bairros que apresentaram maior número de estabelecimentos ilegais de venda de fármacos foi o bairro Manoel Alves Mota (31,82%), Bezerra e Sousa (25%) e José Holanda Lima (13,64%) (Gráfico 2). Estes bairros estão mais distantes do Centro da cidade, em relação aos outros bairros analisados. Fatores estes que podem influenciar na adesão da prática de se automedicar.



Gráfico 2. Bairros do município onde foram encontradas vendas ilegais de medicamentos.



Fonte: Elaborada pelo autor.

4 Conclusão

De forma geral, os resultados obtidos através deste trabalho, alertam para a facilidade que população tauaense tem para comercializar e adquirir alguns tipos de medicamentos. Tal facilidade está concomitantemente ligada a prática de automedicação, uma vez que transmite a sociedade a imagem de ser uma prática comum e sem risco para a saúde. Consequentemente, pode-se inferir que a população ao ter acesso a compra dos fármacos de forma inadequada, estão expostos a alto grau de vulnerabilidade, acarretando uma série de reações adversas ao aderir a prática da automedicação, especialmente ao fazer uso desses medicamentos sem orientação médica.

Como perspectivas futuras deste trabalho, pretende-se realizar um comparativo dos medicamentos encontrados a venda ilegalmente em mercearias e os medicamentos com maior índice de vendas nas farmácias da cidade de Tauá, para assim, correlacioná-los e traçar os possíveis caminhos pelos quais os comerciantes conseguem adquirir os medicamentos para revender em seus estabelecimentos.

Referências

ADKINSON JR, N. F.; ESSAYAN, D.; GRUCHALLA, R.; HAGGERTY, H.; KAWABATA, T.; SANDLER, J. D. Task force report: future research needs for prevention and management of immune-mediated drug hypersensitivity reactions. *J. Allergy Clin. Immunol.*, v. 109, p. 5461-5478. 2002.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº - 1.562, de 1º de agosto de 2016. *Diário Oficial da União*, seção 1, n. 148, p. 32, ago 2016. [acesso em 2021 Mai 23]. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=32&data=03/08/2016&captchafield=first> Access.

ARRAIS, P. S. D.; COELHO, H. L. L.; BATISTA, M. C. D. S.; CARVALHO, M. L.; RIGHI, R. E.; ARNAU, J. M. Perfil da automedicação no Brasil. *Rev Saúde Pública*, v. 31, n. 1, p. 71-77. 1997.

ARRAIS, P. S. D.; FERNANDES, M. E. P.; PIZZOL, T. S. D.; RAMOS, L. R.; MENGUE, S. S.; LUIZA, V. L.; TAVARES, N. U. L.; FARIAS, M. R.; OLIVEIRA, M. A.; BERTOLDI, A. D. Prevalência de automedicação no Brasil e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, v. 50, n. 2, p. 1-11. 2016.

BARBOSA, C. S.; GARÁ, T. G. M.; DE OLIVEIRA, V. C.; CHAUD, L. C. S. A comercialização de medicamentos em estabelecimentos não farmacêuticos no município de Cruzeiro, SP. *Rev Ciên Saúde*, v. 3, n. 1, p. 32-40. 2018.

BERNARDO, N. L. M. C.; HOEPFNER, L. Gestão da assistência farmacêutica. *Mód. 5 (2): Dispensação de medicamentos*. Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Ciências da Saúde – Departamento de Ciências Farmacêuticas. Florianópolis, 2013; 64p.

BRACHT, M. A.; HOLLER, A. Fisioterapia manipulativa no tratamento da cervicalgia. *Saúde Integrada*, v. 1, n. 6, p. 55-74, 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 19, dez 1973.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprovar as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos [Internet]. *Diário Oficial da União*, nº 12, p. 13, jun 2013. [acesso em 2021 Mai 23]. <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466>

_12_12_2012.html. Disponível em:
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

FNF - Federação Nacional dos Farmacêuticos. Supermercados não podem vender remédios. Federação Nacional dos Farmacêuticos 2004 out 13; [acessado 2017 Out 15]. Disponível em: http://www.fenefar.org.br/formacao/1810_super.asp.

GARCEZ, E. A. M.; SOUZA, G. K. S. Automedicação – classes de medicamentos mais consumidos em drogarias no município de Ceres – GO. (Monografia em: Farmácia) Faculdade de Ceres. Ceres, Brasil. 2013.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. Revista de Economia Política, v. 37, n. 1, p. 189-207. Jan-Mar. 2017.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal. 2016. Tauá. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Taua_2016.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

MARGONATO, F. B.; THOMSON, Z.; PAOLIELLO, M. M. B. Determinantes nas intoxicações medicamentosas agudas na zona urbana de um município do Sul do Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.24, n. 2, p. 333-341. Fev. 2008.

MATOS, M. C. A. Auto-Medicação. (Monografia em: Psicologia Clínica) Universidade Fernando Pessoa. Porto, Portugal. 2005.

NICARETTA, F. M. R.; RIGO, M. P. M.; de CASTRO, L. S.; KAUFFMANN, C.; ELY, L. S. Utilização de medicamentos por gestantes usuárias do sistema único de saúde em um município do Vale do Taquari – RS. Destaques Acadêmicos, v. 8, n. 3, p. 7-19, 2016.

PFALFFENBACH, G.; CARVALHO, M.; BERGSTEN-MENDES, G. Reações adversas a medicamentos como determinantes da admissão hospitalar. Rev. Assoc. Med. Bras, v. 48, n. 3, p. 237-241. 2002.

RANG, H. P.; RITTER, J. M.; FLOWER, R. J.; HENDERSON, G. Farmacologia. 8a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

SILVA, I. M.; CATRIB, A. M. F.; MATOS, V. C. Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. Ciência e Saúde Coletiva, v. 16, n. 1, p. 1651-60. 2011.

STJ - Superior Tribunal de Justiça. Superior Tribunal de Justiça impede supermercados de vender medicamentos. O Farmacêutico CRF-PR. 2004:70-4.

SWIFT, R. M.; LEWIS, D. C. Farmacologia da Dependência e Abuso de Drogas. Princípios da Farmacologias - A Base Fisiopatológica da Farmacoterapia, p. 260–278, 2009.

TREBIEN, H. A. Medicamentos - Benefícios e riscos com ênfase na automedicação. 316p.: il. color, retrs. Curitiba, 2011.